LUTAS SOCIAIS, SINDICAIS E POLÍTICAS DO ENSINO PRIVADO DE OSASCO E REGIÃO: a experiência do SINPROSASCO (1985-1992)

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira¹
Carlos Bauer de Souza²

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação de uma das principais entidades sindicais de trabalhadores em educação do ensino privado de São Paulo, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO). Trata-se de um registro de memória, cuja fonte de dados consistiu em análise de fontes bibliográficas secundárias e entrevistas semiestruturadas com os fundadores do SINPROSASCO, uma vez que não havia estudos anteriores sobre essa organização sindical. O objetivo do texto é promover o debate acadêmico sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado, de modo a dar visibilidade a personagens da história da educação brasileira e osasquense, suas trajetórias educacionais e políticas e sua atuação no associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente – História da Educação – Ensino Privado – SINPROSASCO.

SOCIAL STRUGGLES, UNIONISM AND POLICIES OF PRIVATE TEACHING OF OSASCO AND REGION: the SINPROSASCO experience (1985-1992)

ABSTRACT: This article analyzes the performance of one main unions of workers in private education in São Paulo, the *Sindicato dos Professores de Osasco e Região* (SINPROSASCO). It is a record of memory, whose data source was secondary bibliographic sources and semi-

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/Uninove); Licenciada em Português/Inglês e Especialista em Literatura e Estudos Linguísticos pela Uninove. Atua como professora da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. E-mail: neybandeira2000@yahoo.com.br

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação Unicamp. Atua como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/Uninove). É Pesquisador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CNPq. É autor, entre outros, dos livros “*Reflexões sobre o tempo e a história: a memória e a utopia na escola*”, editado pela Paco Editorial, “*História e Consciência de classe na educação brasileira*” e “*A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo – elementos de história e questionamentos políticos*”, ambos editados pela Editora Sundermann. E-mail: carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

structured interviews with the founders of SINPROSASCO, since there were no previous studies on this trade union organization. The purpose of the text is to promote the academic debate on workers' association and unionism in private education, in order to give visibility to characters in the history of Brazilian and Osasco education, their educational and political trajectories and their performance in the associativism and syndicalism of workers in private education.

Keywords: Teaching Syndicalism – History of Education – Private Teaching – SINPROSASCO.

Introdução

A referida pesquisa³ integra o que temos chamado de história social da educação e tem como objetivo a reconstrução da memória associativista, sindical e política do movimento docente da educação. Para tanto, escolhemos como objeto de nossos estudos o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO).

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados. Para alguns pesquisadores do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação é muito importante compreender as origens e as transformações que se deram ao longo do tempo no interior dessas entidades. Tais preocupações, têm por finalidade, entre outras coisas, trazer à tona os embates e percalços desses personagens coletivos como parte da história social da educação brasileira.

Como resultado desse esforço, foi fundada em 2008 a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), uma articulação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que tem em comum a preocupação em compreender e estudar criticamente essa temática. A esta finalidade, de promover e ampliar a pesquisa preocupada com a temática do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, soma-se o objetivo político de fornecer subsídios que possam contribuir com o fortalecimento das lutas de todos aqueles que atuam no mundo do trabalho educacional.

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa foi dentre muitos caminhos, primeiramente a bibliográfica, como meio de encontrar informações sobre o sindicalismo e associativismo docente, pesquisas documentais em acervos e bancos de dados que pudessem nos favorecer com documentos do período estudado e assim, fazermos um

³Pesquisa que deu origem a Dissertação de Mestrado intitulada: História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (1985-1992), defendida em março de 2017, na Universidade Nova de Julho (Uninove), em São Paulo/Brasil.

estudo sobre a fundação e atuação do SINPROSASCO nos anos de 1985 a 1992. Posteriormente lançamos mão de quatro entrevistas semiestruturadas com os fundadores do Sindicato, são elas; Marcos Müller (Ex-dirigente do SINPROSASCO), Maria José Favarão (Fundadora e primeira presidente do SINPROSASCO), Rubens Aparecido dos Santos (Ex-dirigente do SINPROSASCO) e Onassis da Silva Xavier (Presidente do SINPROSASCO), essas entrevistas nos possibilitou conhecer as necessidades de criação do SINPRO e as atuações da entidade além de elementos políticos, sociais, econômicos e culturais deste momento da história.

O método que escolhemos nos pareceu o mais apropriado, uma vez que um de nossos objetivos é preservar a memória do sindicalismo dos trabalhadores em educação, mostrando esses atores sociais como sujeitos construtores de suas próprias histórias, com suas formas de atuações, apresentando a gênese do SINPRO em meados de 1985 e o seu percurso de atuação até os idos de 1992, abordando as mudanças desse momento na história política, social e econômica do Brasil. Objetivamos ainda, mostrar por um olhar dos entrevistados e fundadores da entidade a necessidade de criação deste sindicato, que ocorreu entre o período de transição democrática, o fim da ditadura militar e a reforma da constituição brasileira, dessa maneira as entrevistas realizadas por nós é parte importante que consideramos dentre as demais informações, como essencial para a construção da memória associativista do Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO).

Breves considerações sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil

O sindicalismo dos trabalhadores em educação tem apresentado características políticas e organizativas distintas, não apenas variando os resultados dos estudos realizados, mas também as abordagens conceituais e as referências teóricas e metodológicas que animam os interessados em sua discussão. Desta sorte, temos encontrando desde pesquisas que se preocupam com as questões de gênero, representações sociais, posicionamentos ideológicos, políticos ou, ainda, a presença desses personagens coletivos na defesa dos interesses corporativos dos que vivem do próprio trabalho no mundo da educação.

Na nossa pesquisa, estabelecemos um paralelo entre as preocupações com a organização e o associativismo, o sindicalismo e a atuação política dos trabalhadores em educação com o conjunto do movimento dos trabalhadores que atuam organizadamente na contemporaneidade do Brasil.

Muito do que conhecemos sobre a gênese dos movimentos associativistas e sindicais, registradas na história social do Brasil estão associadas às influências das experiências europeias que foram trazidas pelos trabalhadores estrangeiros, que para cá afluíram nos

fins do século XIX. Esses imigrantes muitas vezes traziam consigo não apenas a qualificação para o trabalho industrial ou mesmo experiências em diferentes ramos manufatureiros, mas também, os acompanhavam os ideais políticos e sociais, dentre esses merecem destaque, o anarquismo e o anarcosindicalismo, que tiveram grande importância na infância organizativa dos trabalhadores no Brasil.

A organização associativista, sindical e política dos trabalhadores tomou forte impulso e alcançou proporções mundiais com o advento da revolução Russa, que influenciou o conjunto dos movimentos operários contra a exploração perpetrada pelo capitalismo em escala internacional. No Brasil os ventos da Revolução de Outubro influenciaram, em 1922, a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que haveria de marcar de forma significativa a sua presença na história do movimento operário em nosso país.

Para alguns autores, como é o caso de Antunes (2007), com a chegada de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, o Brasil experimentou um forte e acelerado surto de urbanização e industrialização. Nesse momento foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930 por meio do Decreto nº 19.433 e uma série de medidas legislativas que visavam não apenas o controle de suas finanças.

Com o uso de prerrogativas políticas e jurídicas o governo Vargas ambicionava controlar regimento o comportamento das atividades sindicais e os movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, procurando desestruturar ou mesmo inibir quaisquer perspectivas de sua atuação independente e autônoma. Porém, isso não impediu que as lutas operárias se desenvolvessem ao longo dos anos em que Getúlio Vargas se manteve no poder.

Mesmo com esse impedimento de ordem legal, diversas entidades representativas dos trabalhadores da educação que atuam no setor público procuram se organizar em praticamente todas as regiões, criando associações, realizando campanhas salariais, oportunizando encontros e congressos que trouxeram um sem números de conquistas econômicas, direitos trabalhistas e outros benefícios para todos aqueles que atuam no âmbito da educação pública no Brasil.

Em 1991 no Estado de Minas Gerais encontramos a Fundação Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais, uma entidade pioneira no caráter associativista e que esteve muito presente na origem dos movimentos sindicais docentes no Brasil. Nesta linhagem, também localizamos a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo fundada no ano de 1945.

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação desde as suas primeiras associações, vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de

professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados.

O artigo “Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação” ressalta que é:

[...] gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global (DAL ROSSO, 2011, p. 27).

Por sua vez, a tese de Kênia Aparecida Miranda, “As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT (2011)”, traz no seu bojo alguns aspectos sobre os elementos que dificultam os estudos em sindicalismo e associativismo. A autora constata uma fragmentação desses estudos e as dificuldades do pesquisador em formar um arcabouço teórico sobre essa temática.

Também identificamos essa escassez quando analisamos os dados qualitativos nos estudos de Almeida e Ferreira Jr., “As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? (2015)”, nos quais os autores trazem alguns aspectos que marcaram a abordagem nacional sobre esses estudos, ora com presença associativista, ora sindicalistas, e afirmam:

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o movimento dos professores das escolas públicas indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas faces, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A primeira corresponderia o período que abrange a metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também o surgimento dos primeiros sindicatos dos professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo que, dentre outros aspectos representou a consternação da estrutura sindical montada na era Vargas (ALMEIDA & FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 78).

Sindicalismo e educação no Brasil na década de 1990

Os primórdios da década de 1990 registraram uma série de acontecimentos que tumultuaram a cotidianidade da sociedade brasileira, inclusive trazendo fortes impactos pela sua reorganização no movimento sindical. Com a vitória de Fernando Collor de Mello em acirrada e polêmica disputa com Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, o país assistiu à incorporação de uma série de ajustes econômicos e financeiros que, se materializaram de forma muito nítida em uma desenfreada abertura comercial e uma política de privatizações do patrimônio público. Todos esses acontecimentos geraram grandes crises

em diversos setores e, para aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho esse período foi marcado pela perda dos direitos e seguridade social e trabalhista.

Em sua obra “Adeus ao trabalho?” Ricardo Antunes faz uma análise desse momento histórico destacando a década de 1990 para a virada para os países emergentes dotados de uma industrialização significativa, dentre eles, o Brasil e México. Para Antunes a crise sindical que abarcou essa década, em primeiro lugar está pautada em uma crescente individualização das relações de trabalho que provoca, relações cada vez mais individualizada e nefasta. Em segundo lugar, uma fortíssima corrente que visava flexibilizar ao máximo o mercado de trabalho, que atinge duramente as conquistas históricas do movimento sindical e que, até o momento tem encontrado dificuldades de impedir tais transformações. Em terceiro lugar vamos encontrar o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que, optaram pelo sindicalismo de participação, causando assim, um desemprego estrutural que ameaçam os próprios sindicatos, o que obriga os sindicatos nos anos de 1990, inovarem as formas de lutas, deflagrando várias greves nos anos 90, reivindicando principalmente, redução da jornada de trabalho, melhores salários e direitos sociais (ANTUNES, 2002, p. 72).

Este período foi um marco na política brasileira. O ano de 1992, iniciou-se com a greve dos trabalhadores portuários, que tinha como ponto central a votação do projeto nomeado de modernização dos portos, que seria votado pelos deputados. Neste período os sindicatos conseguem parar mais de 35 portos⁴ pelo país, com uma greve que durou uma semana.

Em meio a esse turbilhão havia também as denúncias de corrupção contra o Presidente Fernando Collor de Melo e, o movimento sindical em sua maioria se dedicou as manifestações de rua a favor do *impeachment* que o congresso votou positivamente e o presidente foi afastado, em seu lugar assumiu o vice Itamar Franco e, em seu quadro o novo ministro da Economia e futuro Presidente, Fernando Henrique Cardoso, ao qual governou o país por dois mandatos (1994-1998 / 1998-2002), e tinha como centralidade o Plano Real, com objetivo, a redução da inflação. Muitas mudanças ocorreram e para alguns estudiosos deste período, “tais medidas concorreram para a precarização das relações de trabalho, para a desindustrialização e para a acentuação da vulnerabilidade econômica do país” (HIDAKA 2013, p. 210).

No que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores em educação, esta década trouxe novos desafios. O Brasil inseriu-se em uma nova ordem social, e neste contexto era preciso pensar novas formas de atuação. As concepções tradicionais em torno do magistério se

⁴ Os sindicatos conseguiram paralisar mais de quarenta mil trabalhadores em 35 portos do Brasil, voltando as atividades depois de uma semana. Ver em: SANTANA, Marco Aurélio. O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização. In: Cadernos Adenauer. Ano III, nº 2, 2002, p. 39.

enfraqueciam e a compreensão de que os professores integram o mundo do trabalho formal, jurídica e politicamente, foram incrementadas no debate público.

Esta época abarcou inúmeras orientações de como se fazer política, dentre elas, a da manutenção das relações internacionais, produzidas pelo Consenso de Washington, como um conjunto de medidas pensadas por economistas de instituições financeiras, como o Tesouro dos Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional etc. que tinha como objetivo promover ajustamento econômico centrado nos cortes de gastos sociais para os países que passavam por dificuldades.

Dentre tais medidas podemos elencar: redução de gastos fiscais, juros de mercado, abertura comercial, privatização das estatais e desregulamentação de leis trabalhistas, dentre outras. O capital estrangeiro entrou no país, e veio para a periferia em geral, e a intencionalidade era, “usufruir do baixo custo da mão-de-obra e da inexistência de legislação de proteção ambiental” (BOITO JR., 1996, p. 95).

Desta maneira, não se incorporou as massas e sim houve uma preocupação e preservação das elites, firmando o conservadorismo já existente e isto significou para o sindicalismo e o mercado de trabalho:

A Conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo, altas taxas de desemprego, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira e global (SANTANA, 2002, p. 41).

Este processo incrementou novas reestruturações de empresas que passaram a incorporar novos padrões produtivos, ao qual dificultava a atuação sindical e, muito se deu com a precarização das relações de trabalho que atingiram todas as categorias de trabalhadores, inclusive o setor público e privado da educação brasileira. Nessa época Osasco também sofreu com cortes na educação. O entrevistado Marcus Müller, fez referência a Fundação Instituto Tecnológico de Osasco⁵ (FITO), como umas das prejudicadas nesse processo que incorporou gastos na educação.

[...]e o que eu sei da FITO é que na época ou até próximo daquela época o que havia era a prefeitura destinar 2% de seu orçamento ou coisa parecida para a instituição, esse valor somado as mensalidades pagas pelos pais acabava somando um montante que permitia uma estrutura educacional muito boa, com laboratórios bastante avançados, tanto é que a FITO era extremamente respeitada no Brasil inteiro, pelo que eu sei na gestão de Rossi, não sei não tenho essas datas na cabeça, a Mazé deve ter isso, parou de bancar os 2%, financiada apenas com o dinheiro dos pais, aí, começou um arrocho salarial a FITO que era a melhor escola que pagava

⁵ Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, reconhecida nacionalmente como patrimônio de Osasco desde 1969.

no município deixou de ser, e estava muito mal em relação as outras escola, [...] (MÜLLER, 2015).

A crise sindical que já vinha em curso desde a metade da década de 1980, ganhou força no final de 1989. Este ano também ficou conhecido pela derrota da classe trabalhadora devido à perda das eleições presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva em 1989 e logo em seguida instaura-se a crise no setor educacional, gerando uma degradação de rebaixamento salarial, que motivou a demissão de inúmeros professores na metade do ano de 1990.

Na tese de Kênia Aparecida Miranda, “As Lutas dos Trabalhadores em educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT (2011)”, divulga os dados de que em 1990 houve grandes mobilizações no setor da educação pública e privada no Brasil, porém, não se obteve muitos acordos, o diálogo entre governos, representantes dos sindicatos patronais e da categoria de trabalhadores em educação estreitaram-se e, “em apenas seis meses, os governos, estadual e municipal registraram a saída de 3.000 professores” (MIRANDA, 2011, p. 108).

Exaustos da profissão e das condições mínimas para o trabalho, muitos professores das redes municipal e estadual exoneravam-se de seus cargos e desistiam da profissão. Miranda também destaca que, com esses acontecimentos cresceram as mobilizações em defesa da educação, eclodindo em junho de 1990, no Rio de Janeiro a “II Grande Marcha em Defesa da Educação”, movimento que contou com a participação de pais, alunos e trabalhadores da saúde, com o slogan, “arroz, feijão, saúde e educação” os trabalhadores em educação reivindicavam melhores salários e a recuperação das escolas públicas brasileiras (MIRANDA, 2011, p. 109).

Tais consequências se deram devido a uma política governamental implementada no governo de Collor de Mello, que levaram os salários para baixo, em uma conjuntura recessiva, que atingiu os setores da indústria, comércio, serviços e dentre esses, a educação.

A obra “Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, o autor enumera alguns dados sobre os anos de 1990, 1991 e 1992, em que o Brasil apresentou a diminuição da produção, o emprego e consequentemente a redução dos salários. Concluindo que a recessão de 1990-1992 contribuiu para a diminuição da atividade grevista e, que em 1990 um total de 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país e, esse número cai para 8,8 milhões em 1991, diminuindo mais ainda em 1992, chegando ao índice de 2,9 milhões (BOITO Jr., 1996, p. 90).

Mesmo que a atual conjuntura pedisse um recuo à ação sindical, ainda assim o sindicalismo dos trabalhadores em geral buscava alianças, era preciso resistir às políticas de arrocho salarial e a plataforma econômica do momento, assumindo assim, a intercessão

dos direitos sociais que estavam ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e o enfrentamento pela valorização dos profissionais da educação e, simultaneamente a esses acontecimentos, Osasco e os trabalhadores em educação desta cidade se colocava na ordem do dia juntamente com o SINPROSASCO na batalha por direitos anteriormente citados.

A greve que mobilizou o ensino privado em São Paulo em 1991

Na presente seção, procuramos trazer algumas questões que possibilitaram a categoria de professores a unirem-se em defesa pelas lutas mais gerais, entre anos de 1991 e 1992, no o setor da educação privada do Estado de São Paulo. No que se refere ao Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), os anos mais lembrados por aqueles que participaram da fundação da entidade são os de 1990, principalmente os dois primeiros, que são recordados como anos de lutas em defesa dos direitos de todos os trabalhadores em educação, da cidade de Osasco e também da grande São Paulo.

Os entrevistados quando lembraram dos momentos de paralisação e de greve em que a entidade esteve presente juntamente com outros sindicatos da categoria do ensino privado, rememoram basicamente o mesmo período, que foi uma paralisação de mais de 150 escolas e faculdades de ensino privado do estado de São Paulo, em março de 1991, deflagrando uma greve em abril desse mesmo ano.

Eu me lembro de uma outra greve que nós fizemos, se eu não estou equivocada isso já era em 92, uma greve de professores aqui pela campanha salarial e nós já estávamos na Federação, já desenvolvíamos campanhas estaduais, como outro sindicato, sindicato da baixada, sindicato do ABC, São Paulo. É que nós íamos panfletar nas escolas privadas e nós panfletávamos na entrada, porque não podíamos entrar e quando chegava dentro da unidade o dono da escola estava na porta para falar bom dia, boa tarde, dependendo do horário e os professores jogavam fora o material. (FAVARÃO, 2016).

O professor Onassis da Silva Xavier, também nos contou um pouco mais sobre a atuação do SINPRO e suas reivindicações, que para o sindicato e a categoria de professores era uma luta constante e, dentre as quais, uma de suas principais objeções era,

Uma data base para os professores em nível nacional isso é um sonho, se nós pudéssemos dizer, o Brasil inteiro a data base dos professores da escola particular é primeiro de março, seria uma coisa assim, extremamente importante, porque você ia tentar movimentos em que o Brasil se movimentasse, isso não acontece (XAVIER, 2016).

A amplitude dessas reivindicações, estavam para além dos reajustes salariais, que não acompanhavam o curso econômico, lutavam também pela evolução da carreira do magistério e benefícios para todos os trabalhadores em educação da capital paulista.

Rubens Aparecido dos Santos, ex-dirigente do SINPRO nos falou sobre algumas dessas reivindicações, dentre elas, estava à extensão dos benefícios a todos os trabalhadores do ensino privado em todo o estado paulista.

No caso do ensino privado era você estender benefícios que São Paulo já tinha, por exemplo, todas as escolas de São Paulo ofereciam aos professores que seus filhos pudessem ser bolsistas, nas outras cidades isso não era permitido, então mesmo que você trabalhasse, por exemplo, no Anglo de São Paulo, em Osasco você não tinha (SANTOS, 2016).

O SINPROSASCO nos anos de 1990 a 1992, as lutas mais frequentes estavam para a reposição salarial devido às altas taxas de inflação e, a extensão de benefícios a todos da categoria do ensino privado na capital paulista. O professor Marcos Müller lembrou como eram duras as negociações e, nos contou sobre as convenções mais difíceis de serem consolidadas, na luta pelo reajuste salarial dos trabalhadores em educação representados pelo sindicato.

Então, eu acompanhei bem o processo em 89 e 90 porque fui eu, representante do SINPRO, mas, todas elas esbarravam na questão da reposição salarial por conta das altas inflações e de um ganho real, não posso te dizer quais foram as mais difíceis, mais teve dois anos seguidos, se eu não me engano 90, 91, não vou confirmar porque não me lembro bem, mas lembro que em uma delas eu estava em negociação, uma os reivindicados do Dieese, que é a classe trabalhadora, se baseia né, porque é o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, bancados pelos sindicatos, então seria ilógico não usar o índice do Dieese, e os patrões não aceitaram e foi para dissídio, e a justiça concedeu o índice do Dieese, foi uma baita vitória porque eles negaram e a justiça concedeu, mas depende muito do grupo de juízes que cai o processo, tem grupo de juiz que não concede nada, bem patronal mesmo, e tem juízes mais progressistas, então nós negociamos, e no ano seguinte era o medo do Color entrar né em 90, o Color tinha sido eleito em 89 e lançar o pacote econômico, queria lançar a data base 1º de março certo, conclusão, o patronal assinou logo e assinou com o índice do Dieese, então, foi dois anos seguidos que o índice do Dieese ficou na nossa convenção produtiva, uma por conta do juiz e outra por conta do medo patronal de um pacote econômico que impedisse o reajuste, porque é, o patrão faz assim, dá o reajuste e repassa a mensalidade, então se eles dão um reajuste e não tem tempo de repassar a mensalidade eles entram pelo cano, então eles queriam antecipar por conta do pacote econômico que viria e veio (MÜLLER, 2015).

Mesmo com as dificuldades que a conjuntura apresentava o Sindicato dos professores de Osasco e Região, buscava ações para conseguir o aumento que a categoria almejava. De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a categoria reivindicava as perdas salariais desde março de 1990, sendo que, os professores de escolas de 1º e 2º graus e faculdades particulares de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC tinham acionado uma paralisação com 20% de adesão em 26 de março de 1991. Depois da paralisação, a greve foi decidida em assembleia com a participação de mais de 2 mil professores. Nesse mesmo período na capital paulista existiam mais de 30 mil professores distribuídos em 2.600 escolas e, atendia 800 mil alunos. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o índice que os

trabalhadores reivindicavam era uma reposição de 837%, descontados as antecipações. A média de reajustes, já feitos os descontos eram de 140% (Folha S. Paulo, p. 4, 10 abr. 1991).

Diferentemente dos seus companheiros de ofício que atuam no ensino público, quer seja, municipal, estadual ou federal, os professores que atuam no ensino privado, raramente ou pouco realizam greves no Brasil. Nesse aspecto, parece interessante abrir um parêntese e registrar a ocorrência deste movimento grevista na cidade de São Paulo, dado ao seu caráter inusitado, chamou a atenção da grande imprensa paulista, conforme a publicação no caderno Cotidiano da Folha de São Paulo, a qual podemos conferir na íntegra a sua publicação.

Greve para principais escolas de São Paulo

Em seu primeiro dia, a greve dos professores das escolas particulares do Estado teve adesão de 30% da categoria na Grande São Paulo, deixando cerca de 270 mil alunos sem aulas, segundo avaliação do SINPRO (Sindicato dos Professores). Segundo o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado (SIEEESP), José Aurélio de Camargo, 42, “a paralisação foi irrisória”. Ele disse que “tudo deve voltar ao normal” hoje. Algumas escolas podem estar paradas, mas isso não representa nada”, comentou. Em assembleia realizada ontem, professores de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC decidiram pela continuação da greve. A assembleia de São Paulo reuniu cerca de mil pessoas. Só na capital, onde há cerca de 2.600 escolas e cerca de 30 mil professores, 240 mil alunos ficaram sem aulas, afirmou o SINPRO. Entre as principais escolas particulares da capital ouvidas pela Folha ontem, oito estavam sem aulas: Santa Cruz, Magno, Galileu Galilei, Vera Cruz, Oswald de Andrade, Logos, Fernando Pessoa e Pequenópolis. A PUC de São Paulo, a PUC de Campinas e a Universidade Metodista de Piracicaba também pararam. Até o fim da tarde de ontem, o SINPRO tinha uma relação de 150 escolas em greve. Em Campinas, o sindicato afirma que 60% da categoria parou e que 12 escolas estão sem aulas. O SIEEESP diz que 4,13% das escolas de Campinas pararam. Os professores reivindicam a manutenção da convenção coletiva realizada em março de 1990, que garante direitos trabalhistas, além do reajuste salarial de 837% sobre o salário definido na convenção. Aplicado sobre o salário de fevereiro último, o reajuste deverá ser de 120%, em média. Para negociar, o SIEEESP quer que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) homologue o possível acordo com os professores, que é a única forma legal de o reajuste ser repassado às mensalidades. O fato de os professores estarem em greve com que o TRT julgue a questão em caráter de urgência, disse o presidente do SINPRO, Luis Antonio Barbagli. O presidente do Grupo – que reúne 63 escolas no Estado – José Roberto Cury, 48, afirmou que 20 escolas filiadas estão parcial ou totalmente paradas. “Esperamos que a greve se encerre até amanhã (hoje), já que a adesão é pequena”. Hoje, os professores fazem manifestação em frente ao Colégio São Bento (Região Central), onde o SIEEESP tem assembleia às 15h. amanhã, haverá nova assembleia docente para decidir sobre a continuidade da greve (Folha S. Paulo, p. 4, 11 abr. 1991).

A tabela a seguir apresenta os índices que a categoria docente reivindicava e os dados descrevem os salários dos professores de algumas instituições privadas que também estavam em greve pela reposição salarial. (Folha S. Paulo, p. 4, 11 abr. 1991).

Piso salarial dos professores – 20 horas semanais em Cr\$ - Cruzado Novo⁶

1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
53.940,00 mil	67.200,00 mil	78.225,00 mil

Piso reivindicado

1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
120.00.00 mil	144.900,00 mil	144.900,00

	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
Santo Américo	118 mil	131.250,00 mil	145.845,00 mil
Pueri Domus	122 mil	137.680,00 mil	141.750,00 mil
São Luis	107 mil	115.500,00 mil	126.000,00 mil
Pentágono	102 mil	142.800,00 mil	147.000,00 mil
Pio 12	129 mil	178.300,00 mil	189.000,00 mil
Porto Seguro	140 mil	136.500,00 mil	151.200,00 mil
Dante Alighiere	124 mil	136.00,00 mil	136.500,00 mil

Fonte: Jornal folha S. Paulo, p. 4, 11 abr.1991

⁶ De 16 de março de 1990 a 31 de julho de 1993, durante o governo de Fernando Collor, o cruzeiro volta como unidade monetária nacional, mantendo, contudo, a equivalência com o padrão anterior, cruzado novo, quando, após um período de transição com o cruzeiro real, foi adotado o padrão em uso até hoje, real. Exemplo (no caso de Cruzeiro Real para o atual Real)

$$\text{CR\$ } 2.750,00 / 2.750,00 = \text{R\$ } 1,00$$

$$\text{CR\$ } 1.000.000,00 / 2.750,00 = \text{R\$ } 363,64$$

$$\text{CR\$ } 2.750.000,00 / 2.750,00 = \text{R\$ } 1.000,00$$

Exemplo: para o piso reivindicado de 144.900,00, teríamos a seguinte resolução $144.900,00 \div 2.750,00 \times 100 = 5.269,09$ (Cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e nove centavos de real). Consulta feita ao site: http://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC- Acesso dia 26/12/2016.

Durante esta greve, os professores do SINPRO alegavam que os donos das instituições escolares romperam negociações e, que as escolas aguardavam na justiça a decisão da data base da categoria. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), José Aurélio de Camargo declarou:

O movimento não é “contra as escolas, mas contra a política econômica”. O SIEEESP quer orientar as escolas para reajustar os professores se o TRT definir que essa é a data legal para negociação. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) diz que só tomará posição quando o governo encaminhar ao congresso projeto de lei regulamentando as negociações coletivas (Folha S. Paulo, p. 4, 10 abr.1991).

Para as negociações o SIEEESP queria que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), homologasse o possível acordo com os professores, pois era a única forma legal do reajuste ser repassado as mensalidades. Os trabalhadores fizeram nova manifestação dia 11 de abril, em frente ao Pátio do Colégio São Bento, pois ali em frente no mesmo dia, as 15 horas foi realizada pelo SIEEESP, assembleia para decisão das reivindicações. As solicitações da categoria não foram atendidas e os professores reuniram-se novamente e decidiram que continuariam com a paralisação (Folha S. Paulo, p. 4, 11 abr.1991).

A greve deflagrada dia 10 de abril continuou por mais de uma semana. Segundo o Sindicato dos Professores – SINPRO, das 150 escolas que haviam paralisado, nesse mesmo dia, 100 escolas ainda continuavam de greve, porém, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), dizia que considerava a paralisação “inexpressiva” (Folha S. Paulo, 16 abr. 1991).

Com a demora da justiça em estabelecer o reajuste, que deveria ser passado aos trabalhadores, dirigentes escolares e professores fizeram acordos com os donos dos estabelecimentos escolares, era uma forma de voltarem as atividades até que fosse decidido o percentual de aumento pelas leis trabalhistas, como explica o recorte abaixo.

A legislação só admite aumento das mensalidades agora pelo repasse de 70% do reajuste salarial dos docentes. A data-base dos professores foi março, mas o Tribunal Regional do Trabalho ainda não julgou o dissídio. Muitas escolas estão negociando aumento salarial direto com os seus docentes, algumas chegando a 151%, o que autoriza repasse de 105% à mensalidade. Reajuste salarial e repasse são retroativos a março (Folha S. Paulo, p. 4, 15/05/1991).

Neste momento estava em trâmite no Tribunal de Justiça de São Paulo, uma liminar determinando, ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), a orientar as escolas, a não reajustarem as mensalidades em 26,46%. Essa liminar foi suspensa em 14 de maio de 1991 pelo 4º vice-presidente do TJ de São Paulo, Renato Torres de Carvalho Filho. Haja vista, as escolas poderiam cobrar o reajuste de 26,46% até que a ação do Ministério Público do Estado contra o SIEEESP fosse julgada. Segundo Carvalho Filho, o dano que a liminar causaria às escolas, se a ação fosse julgada

favoravelmente a elas, “seria irreparável”, enquanto que para os alunos, “prejuízo algum haveria” (Folha S. Paulo, p. 4, 15/05/1991).

O ministério Público defendia que o reajuste das mensalidades proposto pelo SIEEESP era ilegal, e que o sindicato não deveria indicar um reajuste apoiado em contratos assinados pelos pais de alunos durante as matrículas, que, esses contratos fixavam alinhamento monetário, diferentes de encargos educacionais, e se o reajuste de 26,46% fosse favorável ao Ministério Público, as escolas que cobraram esse valor antes da decisão judicial deveriam devolver os valores pagos a mais. O promotor do Ministério, Marco Antônio Zanellato, salienta que, “a ação deveria ser julgada em quatro meses” (Folha S. Paulo, p. 4, 15/05/1991).

Ainda no dia 14 de maio, 1.500 escolas participaram de uma assembleia realizada pela SIEEESP e, segundo o seu presidente, foi decidido na mesma que, as escolas dariam 48 horas para que os pais regularizassem suas mensalidades, sem cobrança de multa, então o presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, orientava que os pais se organizassem por escola para entrar com ação na justiça, pedido pagamento em juízo, até que a mesma definisse a legalidade do reajuste. “Apenas as escolas que negociarem o reajuste salarial diretamente com professores através do Sindicato dos Professores (SINPRO) poderão fazer o repasse de 70% às mensalidades, segundo a diretoria do SINPRO” (Folha S. Paulo, p. 4, 15/05/1991).

O reajuste salarial

Depois dessas tomadas de decisões⁷, que envolviam os sindicatos do ensino da Capital Paulista: São Paulo, Santos, Jundiaí, ABC, Campinas, São José do Rio Preto e Osasco, foi decidido no dia 07 de agosto pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas um aumento de 70% para os professores. Em São Paulo foi aprovado para a mesma categoria no mês de junho um aumento de 4%. O SIEEESP informou no dia seguinte que iria recorrer desta decisão. O presidente do SIEEESP, José Aurélio de Camargo disse que, a certidão ainda não tinha sido emitida e afirmou, “enquanto o SIEEESP não recebesse a certidão, os salários não serão reajustados nem as mensalidades” (Folha S. Paulo, p. 2, 8 agost.1991).

O Sindicato dos Professores de Campinas (SINPRO), dizia que as escolas teriam condições de reajustar os salários dos trabalhadores em 70%, sem que houvesse o repasse integral nas mensalidades, este reajuste era retroativo a março do ano de 1990, assim as

⁷ Em abril de 1991 a categoria de professores do ensino privado do Estado de São Paulo entrou em greve, reivindicando perdas salariais desde março do ano de 1990, uma reposição que chegava a 837, 31%. Depois de 4 meses de negociações indefinidas, professores e mantenedores de estabelecimentos de ensino fazem acordos até que a justiça determinasse o percentual do ajuste salarial.

mensalidades teriam essa correção, porém seria necessário, uma folha de pagamento adicional que corresponderia a três mensalidades e meia reajustadas. (Folha S. Paulo, p. 2, 08/08/1991).

A decisão do aumento para os trabalhadores em educação de Campinas foi tomada com base nos acordos feitos com os professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), do Colégio Pio 12 e Colégio Rio Branco, que tiveram aumento de 70%. Na época o SIEEESP não apresentou nenhuma contraproposta, os professores e o sindicato patronal tiveram duas audiências de conciliação no TRT, mas, não houve acordo entre as partes. O SINPRO defendia, que os reajustes das mensalidades já haviam sido feitos no início do ano, sem repasse equivalente nos salários e, o presidente dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, dizia que desde fevereiro os reajustes eram feitos mensalmente, chegando a uma porcentagem de 65,94%, e os sindicatos dos professores por meio de seus representantes proferem em defesa dos direitos da categoria com a seguinte proposição:

Colocar pais contra professores parece ser o objetivo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo”, disse Débora Carvalho, da diretoria da Associação Intermunicipal de Pais de Alunos das Escolas Particulares. Rubens Gabriel Abdal, 45, vice-presidente do SINPRO de Campinas, disse que o SIEEESP, quer confundir a sociedade. Abdal considera a situação do atual presidente do SIEEESP, José Aurélio de Camargo, “um jogo político”. Hoje acontecem as eleições do SIEEESP e Camargo é o candidato único. Segundo Débora, a Associação tem procurado acatar sempre a decisão da justiça e o que está em discussão não é o reajuste de 70% aos professores, mas a forma com que as escolas vão conduzir o repasse nas mensalidades. Débora disse que participam da Associação professores que também são pais de alunos e que também reclamam da diferença entre os reajustes concedidos nas mensalidades e nos salários. Muitas escolas mantêm livre negociação com os pais e já concederam alguns reajustes nas mensalidades, provenientes de repasses dos salários dos professores, disse Débora. Em Campinas, e nas dez cidades atingidas pela decisão do TRT, existem 120 mil alunos matriculados em mais de mil escolas particulares (Folha S. Paulo, p. 2, 08/08/1991).

Estes são, os acontecimentos sobre a greve do ensino privado em diferentes regiões do Estado de São Paulo que conseguimos resgatar no ano de 1991. Esses momentos ficaram marcados na memória daqueles que fundaram o SINPROSASCO como uma luta coletiva dos trabalhadores em educação.

É importante ressaltar, que durante este ano, aconteceram muitas greves no Estado de São Paulo e também no Brasil. Greve no setor público da educação, estadual, federal e municipal, greve dos bancários, greve dos metalúrgicos, greves nas universidades federais e estaduais, greve dos metroviários, greve no setor da saúde etc. Foi um ano de reivindicações por direitos trabalhistas, mesmo que os números mostrem uma significativa diminuição nesses movimentos, ainda assim, foi um ano muito significativo nas conquistas pelos direitos dos trabalhadores em educação, no que se refere ao ensino privado paulista.

Segundo Noronha, o ano de 1991 se equiparou ao ano de 1989, sendo que, no setor privado a média grevista ainda foi maior que a década anterior. “Enfim, 1990 e 1991 têm alto índice de jornadas não trabalhadas (devido à longa duração das greves), mas índices declinantes de grevistas (no segundo semestre) e de greves” (NORONHA, 2009, p. 135).

O autor atribuiu esse acontecimento ao início do fim do ciclo de transição democrática. Em 1992 houve uma queda expressiva. A redução das greves coincide com o período das denúncias feitas ao governo Collor de Mello, inicialmente em maio até o impeachment em setembro, terminando com a posse do vice Itamar Franco. E o mesmo conclui. “Diante da instabilidade político-institucional, as lideranças sindicais adotaram a mesma atitude cautelosa que haviam adotado nos momentos de instabilidade política, reduzindo as paralisações” (NORONHA, 2009, p. 135).

De certo, as variáveis políticas, mesmo que conjunturais, tiveram impactos consideráveis e expressivos no volume de greves, que perdurou pelo período de transição e de consolidação da democracia brasileira.

Considerações finais

O movimento sindical docente se expressa e evolui significativamente a partir de 1980 redefinindo sua identidade coletiva, fato que podemos identificar analisando as formas de organização e de luta que tem sido engendrado pelos que vivem do trabalho no mundo educacional.

Eder Sader pode nos ajudar a redefinir a identidade dos trabalhadores em educação enquanto interação e operaram as suas reflexões na construção histórica de suas experiências coletivas quando argumenta que “uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos” (SADER, 1988, p. 55). Dessa forma, compreendem-se os conflitos e os processos de transformações e a maneira em que os acontecimentos passam a constituir experiências sociais significativas e se estabelecem em fatores determinantes para analisarmos os processos de modificações que estão em curso na sociedade. E nesse período, que também começavam a despontar tendências econômicas, políticas e ideológicas que se voltavam para a produtividade e para uma nova organização emergida pela urgência do capital ávido em renovar os valores do liberalismo e exercer sua hegemonia de classe.

As entidades representativas dos que vivem próprio trabalho, tanto na esfera pública quanto privada não poderiam ficar desatentas às consequências da nova ordem econômica social que se colocava em marcha a partir da década 1980, seriam tempos conservadores e que haveria impor ao sindicalismo docente formas de atuação renovadas

e massivas. Evidentemente, o SINPROSASCO, como organismo vivo e representativo da categoria, não poderia ficar alheio a esses processos, então, procurando povoá-los de consciência política e de direitos laborais, se revigorando socialmente e árdua e permanentemente buscando melhorias para o exercício da profissão docente dos seus representados.

Com esta pesquisa, entre outras coisas, objetivamos trazer à tona alguns aspectos da história social e política do sindicato privado dos professores de Osasco, reconstruindo a memória desta entidade mostrando a luta dos trabalhadores em educação do ensino privado, com suas formas organizativas e de luta em prol de conquistas para a categoria de trasladadores em educação de tal modo, que os nossos esforços pioneiros viessem contribuir com novos pesquisadores interessados na presença desta entidade no universo acadêmico educacional, oferecendo-lhes informações e interpretações que auxiliem e sirvam de alicerces para o desenvolvimento de futuros estudos analíticos, não apenas da entidade, mas como suporte e incentivo de novas pesquisas sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores do ensino particular.

Referências

ALMEIDA, Danusa Mendes; FERREIRA Jr., Amarílio. As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? In: BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio (Orgs.) **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil** / Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2015. Vol. 2, p. 77-90.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Edunicamp, 2002. 116 p.

_____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288 – 306.

BOITO Jr., Armando. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, vol. 1, n. 3, p. 80-105, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. (org). Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: **Associativismo e Sindicalismo em Educação: Organizações e lutas**. Brasília (DF): Paralelo 15, 2015. p. 17 – 27.

BRASIL. **Decreto nº 19.433, de 26 de Novembro de 1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/12/19 Niterói, 2011, 366p. 30, Página 21604 (Publicação Original). Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

FAVARÃO, Maria José. **Entrevista com a primeira presidente e fundadora do SINPROSASCO.** Entrevistadora: Maria Crisneilândia B. de Oliveira. São Paulo (SP), 26/01/2016. 1 hora e 10 mim. Gravador mp3.

HIDAKA, Renato Kenedy. Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo”. In: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DALL ROSSO, Sadi (org). **Associativismo e Sindicalismo em Educação:** Teoria, história e movimentos. São Paulo: Paralelo, 2013, p. 2017-2224.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **“As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT”.** Niterói, 2011, 366p. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense.

MÜLLER, Marcos. **Entrevista com o Ex-dirigente do SINPROSASCO. Entrevista do acervo SINPROSASCO,** realizada em São Paulo. (SP), 22/05/2015. 35 mim. Gravador mp3.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de Greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo nº 76, p. 119-168, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram e cena.** Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

SANTANA, Marco Aurélio. O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização. **Cadernos Adenauer**, Ano III, nº 2, 120 p., 2002

SANTOS, Rubens Aparecido dos. **Entrevista com Ex-dirigente e fundador do SINPROSASCO.** Entrevistadora: Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira. São Paulo (SP), 06/02/2016. 1 hora 15 mim. Gravador mp3.

XAVIER, Onassis da Silva. **Entrevista com o atual presidente do SINPROSASCO.** Entrevistadora: Maria Crisneilândia B. de Oliveira. São Paulo (SP), 27/01/2016. 50 mim. Gravador mp3.

JORNAIS UTILIZADOS (ACERVO DIGITAL DA FOLHA DE SÃO PAULO)

DA REPORTAGEM LOCAL. “Professores da Rede Particular Tentam Greve”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 10 abr. 1991.

DA REPOSRTAGEM LOCAL. Greve Para Principais Escolas de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 11 abr. 1991.

DA REPORTAGEM LOCAL. “Diminui adesão à paralização de docentes nas escolas particulares”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1991.

DA REPORTAGEM LOCAL. “Justiça suspende liminar contra reajuste de 26%”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 15/05/1991.

TORQUATO, Dominique. “Escolas vão recorrer de reajuste de 70% dado aos professores”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 8 agost.1991.

Enviado em 18/07/2017

Aprovado em 28/09/2017